

A Residência Pedagógica através da Antropologia: trabalhando as relações étnico-raciais em uma escola de Campos dos Goytacazes, RJ.¹

Raquel Brum Fernandes (UFF/RJ)
Naiana de Freitas Bertoli (Seeduc/ES)

Palavras-chave: Antropologia; Educação Básica; Relações Étnico-Raciais.

Introdução

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a experiência de abordar antropologicamente a temática das relações étnico-raciais no desenvolvimento da Residência Pedagógica em Ciências Sociais em uma escola de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Sabemos que a importância da Antropologia como recurso teórico e metodológico na educação básica tem sido destacada por diversos autores e pesquisas. Breno Alencar, Gekbede Targino e Marcelo Araújo (2023), por exemplo, ao refletirem sobre os objetivos do ensino de Antropologia, defendem a promoção de experiências antropológicas na escola. Segundo os autores:

Pode-se, deste modo, combinar, na formação de um repertório teórico e conceitual nos estudantes, uma consciência prática por meio da consciência discursiva, que pode partir das experiências concretas de sala de aula, das biografias particulares para questões mais amplas da vida em sociedade. (2023, p.30-31).

Os autores destacam, assim como Amurabi Oliveira (2013), que os conteúdos de Antropologia são desenvolvidos principalmente através do conceito de cultura, fundamentando, nas aulas de Sociologia, a abordagem de temas como as relações étnico-raciais e as relações de gênero (Alencar; Targino; Araújo, 2023). Os efeitos dessa perspectiva antropológica de cultura no campo da Educação foram apontados por Tânia Dauster (2004), que reflete sobre o desenvolvimento de um “olhar” relativizador entre docentes e estudantes:

A discussão em torno do conceito antropológico de cultura é geradora de transformações do olhar, pois instiga ao abandono de estereótipos, conduz a desnaturalização de fenômenos na medida em que eles passam a ser vistos como socialmente construídos, além de

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

observados nas suas possíveis diferenças culturais.(Dauster, 2004, p.204).

Dessa forma, o conhecimento antropológico opera como aparato teórico e metodológico do ensino, fornecendo conceitos, teorias e técnicas para a reflexão crítica e contextualizada sobre diversos temas trabalhados na disciplina de Sociologia. Na prática docente, o olhar antropológico qualifica desde o planejamento das aulas até a observação de seus resultados, desconstruindo generalizações simplistas sobre a escola (Rosistolato; Prado, 2015). Tânia Dauster destaca que a inserção da Antropologia na prática educativa não busca transformar os docentes em antropólogos na sala de aula, mas propõe “o desafio de partilhar com esse profissional a apreensão de outras relações e posturas no exercício de leituras dos fenômenos tidos como de socialização ou de Educação” (Dauster, 2004, p.204).

O processo de desnaturalização dos fenômenos favorece a compreensão da diversidade existente na escola, contribuindo com a garantia de princípios gerais da educação nacional, como a liberdade, a solidariedade e a tolerância (Brasil, 1996). Assim, o desenvolvimento do olhar antropológico pode também ser considerado um objetivo do ensino de Sociologia na educação básica, na medida em que proporciona aos estudantes a reflexão sobre os diferentes grupos dos quais os indivíduos fazem parte, seus valores e práticas. Nos últimos anos, diversos autores têm registrado o emprego de métodos de pesquisa da antropologia como ferramentas didáticas para o desenvolvimento e exercício desse “olhar” em suas turmas (Lima, 2009; Paiva, 2020) .

Vários são os métodos utilizados na Antropologia que podem colaborar com o processo de análise de contextos culturais de aprendizagem: entrevistas, narrativas, grupos focais, observação participante, história oral, dentre outros, onde os interlocutores são “peças” fundamentais. Estes últimos sendo o ponto em comum: a participação direta das pessoas envolvidas no processo de construção da pesquisa, uma vez que elas são o cerne da mesma. (Melo Júnior *et. al*, 2023, p.178-179).

Portanto, concluímos que o conhecimento antropológico, suas teorias e ferramentas permitem aos estudantes a desnaturalização dos fenômenos sociais e a compreensão do (s) outro (s). Fundamentam a reflexão sobre a sociedade contemporânea e suas diferentes configurações culturais, políticas e econômicas. Possibilitam desconstruções e debates sobre o próprio sistema de ensino, sua organização e seu papel social (Ferreira; Lima, 2015).

A temática das relações étnico-raciais na educação básica

Como mencionamos, um dos temas frequentemente abordados pela perspectiva antropológica nas aulas de Sociologia é o das relações étnico-raciais. Sabendo que a Lei Federal nº 10.639/2003 instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/ 1996) determina que:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). (Brasil, Lei 9394/1996).

Apesar da alteração na LDB ser considerada um avanço na luta contra a desigualdade racial, a criação da Lei nº 10.639 não garante uma abordagem qualificada da temática das relações étnico-raciais no processo de escolarização (Souza; Oliveira, 2017). Para que o tema não se restrinja a conteúdos específicos de algumas disciplinas ou à discussão pontual em eventos ou datas como o 20 de novembro, é necessária a construção de uma educação que seja antirracista em todas os seus princípios e práticas.

A educação antirracista busca estabelecer um combate epistemológico, via debate, contra ideias e conceitos que fornecem sustentação para o funcionamento estratégico de relações sociais que pretendem se colocar como verdades absolutas sobre processos históricos e as relações sociais entre as diferentes culturas (Oliveira, 2014), como o colonialismo, o eurocentrismo, o branqueamento e a democracia racial. Ao valorizar as diferenças e a diversidade cultural, este combate epistemológico se desenvolve na crítica à naturalização do eurocentrismo, do branqueamento, da democracia racial e do colonialismo, presentes na base do pensamento social brasileiro. (Dória, 2023, p.146).

Desde a elaboração do currículo e formação dos professores, até a seleção dos materiais didáticos e métodos de ensino para todas as disciplinas, deve-se empregar a perspectiva antirracista. Na rede pública estadual do Rio de Janeiro, o currículo referencial para o “Novo Ensino Médio” determina que “no âmbito de todo o currículo escolar, deverão ser inclusos princípios, aspectos e conteúdos relativos às Leis balizadoras” (Rio de Janeiro, 2022), dentre as quais estão listadas a Lei Federal nº 10.639/2003 e a Lei Federal nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Essas temáticas, entretanto, só aparecem em objetos do conhecimento da disciplina de História e de Língua Portuguesa (Literatura).

A Sociologia, marcado por uma trajetória intermitente na educação básica, só permanece como disciplina no terceiro ano das escolas da rede estadual, sendo essa a única disciplina de Ciências Humanas da grade curricular dessa série. Em apenas um ano, não é possível trabalhar de forma profunda todas as habilidades previstas no currículo referencial, fazendo com que as diversas temáticas sejam abordadas superficialmente. As relações étnico-raciais não aparecem como objeto de conhecimento da disciplina, cabendo aos professores, de forma interpretativa, a sua inclusão como tema e/ou conteúdo das aulas.

Descreveremos a seguir a experiência de abordagem do tema em aulas de disciplinas oferecidas pela professora de Sociologia Naiana de Freitas Bertoli, coautora desse trabalho, no Colégio Estadual Julião Nogueira, em Campos dos Goytacazes/RJ. As atividades foram construídas e desenvolvidas junto com um grupo de estudantes da Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense que participavam da Residência Pedagógica, durante o ano letivo de 2023.

A Residência Pedagógica no Colégio Estadual Julião Nogueira

É importante destacar que o Programa Residência Pedagógica foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de aperfeiçoar a formação dos licenciandos através da sua inserção em escolas de educação básica. Para exercitarem de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional, os residentes deveriam realizar atividades variadas, como a observação da rotina escolar, a elaboração de materiais didáticos e a regência de aulas (Capes, 2018). Diferenciando-se do Programa Institucional de Bolsas

de Iniciação à Docência (Pibid) por se destinar a estudantes que cursavam a partir do quinto período da graduação (ou 50% da integralização curricular), a Residência Pedagógica teve editais lançados em 2018, 2020 e 2022, configurando três edições, com a duração de dezoito meses cada.

O programa teve uma recepção conflituosa na comunidade universitária devido a um dos objetivos descritos nos dois primeiros editais: “Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” (CAPES, 2020, p.1). A associação com a BNCC foi criticada pela compreensão de que ameaçaria a autonomia universitária, na medida em que essa orientação interferiria diretamente na proposta de formação dos licenciandos (Fernandes; Pereira, 2022). Na Universidade Federal Fluminense, apesar da concordância com as críticas feitas à versão aprovada da BNCC e sua associação com o programa, a Residência Pedagógica foi compreendida como uma oportunidade de análise e discussão sobre a formação inicial docente.

Assim, na Licenciatura em Ciências Sociais da UFF em Campos dos Goytacazes, o programa foi desenvolvido em todas as edições, sendo coordenado, nas duas últimas vezes, pela professora Raquel Brum Fernandes, coautora deste trabalho. A execução iniciada em maio de 2023, que seguiu até março de 2024 teve como tema as novas configurações do ensino médio e o lugar da Sociologia como disciplina. Como mencionamos, na rede pública estadual do Rio de Janeiro, maior mercado de trabalho para licenciados em Ciências Sociais no estado, a Sociologia permaneceu como disciplina apenas no terceiro ano do ensino médio. Dessa forma, no novo currículo, professores de sociologia passaram a ser alocados em disciplinas como Projeto de Vida e eletivas variadas, de diferentes áreas do conhecimento, não necessariamente relacionadas com sua área de formação.

O grupo foi composto por dezoito estudantes, sendo quinze bolsistas e três voluntários, divididos em três escolas estaduais do município de Campos. Acompanharam o cotidiano heterogêneo das docentes preceptoras, que naquele momento ofereciam várias disciplinas, além e/ou no lugar da Sociologia, para a qual foram concursadas. Assim, os licenciandos observaram a atual realidade do ensino de sociologia e participaram da construção de estratégias de adaptação e resistência, seja pela inserção do conhecimento sociológico em novas disciplinas ou pela reconstrução do lugar (reduzido) da disciplina na rede estadual.

Os residentes do Colégio Estadual Julião Nogueira tiveram seus primeiros contatos com os alunos do ensino médio em junho de 2023, participando de algumas aulas, da rotina escolar e de eventos, como feiras de ciências e festas culturais, além dos conselhos de classe. Mesmo que para eles a escola não fosse um lugar estranho, já que realizavam disciplinas de estágio, nosso objetivo era que na Residência eles pudessem vivenciar novas experiências, observando a docência na prática. Em um segundo momento, foram divididos pelas turmas para que pudessem acompanhar de forma mais detalhada o processo de ensino e aprendizado. Foi apresentada aos residentes a tradição de alguns professores da área de Ciências Humanas da escola realizarem aulas e eventos sobre a desigualdade racial na sociedade brasileira, além da organização, há sete anos, da “Semana da Consciência Negra” no mês de novembro. Sendo o grupo formado em sua totalidade por jovens negros e negras, alguns dos quais tinham as relações étnico-raciais como tema de pesquisas da graduação, decidimos planejar diversas atividades que buscassem desenvolver nos estudantes de ensino médio o olhar antropológico sobre o tema.

Organizamos como primeira atividade a apresentação e discussão de um filme. Depois, uma dinâmica envolvendo perguntas e afirmações selecionadas do jogo de cartas “Vamos falar sobre Racismo?”. Em um terceiro momento, realizamos uma visita ao Quilombo Machadinho, no município de Quissamã. Por último, fizemos uma roda de conversas com a presença de uma psicóloga e de artistas do cenário do Rap local, no evento “Semana da Consciência Negra”. Em todas as atividades, apresentamos e utilizamos conceitos do campo da Antropologia, como identidade cultural e pertencimento étnico-racial, explicando o seu significado e relacionando-os ao cotidiano dos estudantes. Ressaltamos que durante todo o planejamento das atividades os residentes tiveram liberdade para construir a dinâmica a ser aplicada aos alunos, sendo supervisionados pela preceptora. E durante a realização das discussões sobre o filme e do jogo de cartas, foram eles que conduziram os debates e conduziram a reflexão das turmas de ensino médio.

A construção do olhar antropológico sobre as relações étnico-raciais

Apresentamos o filme “M8- Quando a morte socorre a vida”, na sala de audiovisual, para os alunos do primeiro ano do ensino médio, como parte da disciplina Projeto de Vida. A atividade ocorreu por duas semanas. Na segunda semana, iniciamos

um debate com os alunos, buscando que identificassem a desigualdade racial retratada no filme, assim como a profundidade da estrutura racista na qual estamos inseridos. Naquele momento, observamos os estudantes ainda tímidos e inseguros para expor suas percepções, preferindo ouvir os residentes e, aos poucos, aumentando a sua participação.



Figura 1: Foto da exibição do filme

Ainda com as turmas de primeiro ano, realizamos uma dinâmica com o jogo de cartas “Vamos falar de Racismo?”. Este momento foi marcado pelo silêncio dos alunos perante as perguntas. Os residentes estavam com grandes expectativas em relação à atividade e relataram uma grande frustração por não terem percebido os estudantes de ensino médio motivados ou reflexivos sobre a temática abordada. Posteriormente, identificaram que os alunos não se sentiam ainda confortáveis para falar de experiências pessoais, além de muitos não terem ainda compreendido, naquele momento, as implicações e capilaridade da estrutura racista em nossa sociedade.

Desde 2019, professores do colégio Julião Nogueira buscam levar algumas turmas para a visita do Quilombo da Machadinho. No ano de 2023, essa visita foi uma das atividades organizadas com os residentes. Decidimos levar os alunos do primeiro ano e a visita ocorreu no dia 10 de outubro, durando em torno de duas horas. Os estudantes puderam explorar o patrimônio cultural, ouvindo e refletindo sobre a história local. O lugar é marcado por senzalas transformadas em casas e pelas ruínas da

antiga casa grande. Nas senzalas, os alunos observaram a preservação do Fado e do Jongo, cantados há séculos na região. Docentes, residentes e estudantes de ensino médio compartilharam lágrimas de emoção durante a visita, demonstrando um maior envolvimento das turmas na reflexão sobre a cultura afro-brasileira e a luta do povo negro.



Figura 2: Visita ao Quilombo da Machadinho

A última atividade foi a “Semana da Consciência Negra”, na qual os residentes organizaram uma roda de conversa com a presença de uma psicóloga negra e de artistas do cenário do Rap local. Participaram alunos do terceiro ano do ensino médio, como parte da disciplina Sociologia. Essas eram as turmas com as quais os residentes passavam mais tempo, tendo ministrado aulas e aplicado avaliações. Dessa forma, sentiam uma maior confiança vinda dos alunos, tendo a expectativa de que pudessem expor suas experiências, dúvidas e percepções a partir da fala da psicóloga e dos artistas. A roda de conversa aconteceu no dia 23 de novembro de 2023, com os estudantes sentados no chão da sala, formando uma meia lua, e os convidados ao centro.

Durante a conversa, os alunos interagiram muito com os participantes, fazendo perguntas e compartilhando suas experiências com o racismo. Um dos momentos mais marcantes foi quando a psicóloga relatou sua experiência como mulher negra e

compartilhou a relação com os seus cabelos e com sua mãe durante a infância. Em seguida, muitas alunas falaram de suas próprias trajetórias, identificando-se como mulheres negras em uma sociedade estruturalmente racista. Embora alguns estivessem mais tímidos no começo das conversas e debates, com a chegada dos artistas do Rap, falando sobre seu trabalho e trajetórias como jovens negros através de rimas e do som, o ambiente se tornou mais descontraído e a participação das turmas de ensino médio foi intensa. Foram discutidas a valorização da identidade e do pertencimento como práticas antirracistas, além de políticas públicas de ação afirmativa e outras medidas de combate à desigualdade racial.

A chegada dos residentes na escola possibilitou um momento de novas práticas pedagógicas e propostas metodológicas de ensino, visando a criação de um olhar antropológico que contribuísse para a formação crítica dos alunos. Eles não apenas despertaram o interesse dos alunos para o tema das relações étnico-raciais, mas proporcionaram um maior entendimento sobre a importância da Sociologia como disciplina, do conhecimento proveniente das Ciências Sociais como ferramenta de compreensão do mundo em que vivem. A dinâmica das atividades propostas foi capaz de promover um aprendizado dificilmente obtido em aulas apenas expositivas, permitindo a sensibilização e o envolvimento com as questões abordadas. De forma progressiva, os estudantes foram deixando de compreender o racismo como ações individuais isoladas, passando a identificá-lo na história, nas estruturas sociais, econômicas e políticas. Incentivados pelos residentes, perceberam a si mesmos e aos outros nas disputas e linguagens das relações étnico-raciais.

A Residência Pedagógica através da Antropologia

A antropologia é uma ciência do “fazer-fazendo”, que se constrói pela crítica constante de seus próprios passos, uma ciência que “aprende-e-ensina”, ao mesmo tempo que “ensina-e-aprende”. Por essa razão, coloca-se como mais-valia no campo educacional, desafiada pela ruptura entre ensino e aprendizagem, seja dos que ensinam, seja dos que aprendem. O desafio no qual o fazer antropológico, sua prática e seu suporte teórico são fundamentais na educação diz respeito a re-unir ensino-aprendizagem, tornando-se um aprender ensinando e um ensinar aprendendo. (Gusmão, 2010, p.262).

Como demonstramos, as atividades realizadas durante a Residência Pedagógica, especialmente as descritas acima, que buscaram abordar as relações étnico-raciais, foram de grande importância e eficácia para o ensino nas turmas de ensino médio

contempladas. Além de permitirem a desnaturalização de fenômenos sociais, proporcionaram o exercício de uma compreensão crítica e contextualizada dos indivíduos em relação com a cultura, fundamentada em explicações e conceitos forjados no campo da Antropologia. O impacto na vida dos alunos foi tão significativo que muitos estudantes se sentiram incentivados a realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, com o resultado de muitas aprovações em universidades, inclusive públicas, sendo duas aprovações para a graduação em Ciências Sociais na UFF.

Observamos que, também para os residentes, a experiência no projeto foi positiva. A participação no Programa Residência Pedagógica, ao proporcionar a vivência dentro das escolas, permite que os licenciandos se sintam mais preparados para o exercício profissional. Possibilita que materializem as questões abordadas nas disciplinas de graduação, observando as estratégias e ferramentas de trabalho utilizadas pelos professores da educação básica. Nas Ciências Sociais, neste momento de implementação no “Novo Ensino Médio”, no qual a Sociologia não é uma disciplina obrigatória e perdeu carga horária em diversas redes de ensino, os alunos de graduação experimentam muitas incertezas e angústias sobre a futura inserção no mercado de trabalho. Ao longo do curso, especialmente nas aulas de estágio docente supervisionado, podemos observar suas dúvidas em relação à permanência na Licenciatura, devido ao contexto de trabalho impreciso para os professores de Sociologia. Os que participaram da Residência, entretanto, relataram um fortalecimento do seu desejo de atuação profissional, porque conseguiram, a partir do acompanhamento das professoras, entender o lugar que Sociologia ocupa na rede estadual e as possibilidades de desenvolvimento do conteúdo em outras disciplinas, como Projeto de Vida. Assim, o programa fortaleceu os vínculos desses estudantes com a universidade, incentivando a permanência na graduação pelo auxílio financeiro proporcionado pela bolsa e pela motivação gerada pelo projeto que construímos. Como pode ser observado na fala a seguir, de um dos residentes:

Acredito que seja de suma importância, pois muitos medos cercam os estudantes tendo em vista as recorrentes notícias que recebemos de precarização e desvalorização da profissão e da educação no Brasil. Apresentar a realidade da docência, mas apresentar perspectivas, olhares e caminhos diferentes é uma saída muito interessante no

programa.” (Aluno, 27 anos, participante da Residência Pedagógica 2023/2024).²

No Colégio Estadual Julião Nogueira, o desenvolvimento de experiências concretas, como assistir ao filme, jogar, visitar o Quilombo da Machadinho e participar da roda de conversa, possibilitou que tanto os alunos do ensino médio, como os residentes e as professoras que escrevem este trabalho aprendessem sobre a capilaridade e a profundidade do racismo da sociedade brasileira. Essas experiências “apresentam formas diferenciadas de ser negro e conviver com o racismo enquanto estratégias pedagógicas e ferramentas de ensino eficazes de combate ao racismo” (Dória, 2023, p.132). A identificação de como a desigualdade racial se manifesta nos diferentes contextos sociais e históricos evidenciados pelas atividades possibilitou a relativização de princípios e práticas comuns nos grupos sociais dos quais fazemos parte, fomentando o seu entendimento como construções culturais que devem ser desconstruídas (nos casos de etnocentrismo e racismo) ou valorizadas (nos casos de afirmação e inclusão da população negra). Dessa forma, todos pudemos desenvolver e exercitar o olhar antropológico, cooperando com uma educação antirracista e experimentando a importância da Antropologia como aparato teórico e metodológico na educação básica e na formação inicial e continuada dos professores.

Referências:

ALENCAR, Breno.; TARGINO, Gekbede.; ARAÚJO, Marcelo. (Org.). **Antropologia na educação básica**. 1ed. Belém: Editora IFPA, 2023.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1994/9394.htm)

BRASIL. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: [L10639 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10639.htm)

BRASIL. Lei 11645 de 10 de março de 2008. Disponível em: [L11645 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/11645.htm)

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Edital nº 06/2018**. Programa de Residência Pedagógica. Brasília: MEC, 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Edital nº 01/2020**. Programa de Residência Pedagógica. Brasília: MEC, 2020

² Esse depoimento foi oferecido à pesquisa “Entre Sonhos e Medos. Narrativas de jovens licenciandos em Ciências Sociais”, desenvolvida pelas professoras Raquel Brum Fernandes e Andréa Paiva no Departamento de Ciências Sociais da UFF

DAUSTER, Tania. "Entre a Antropologia e a Educação". A produção de um diálogo imprescindível e de um conhecimento híbrido. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1, 2, p. 197-207, 2004.

DORIA, Renato. O voo da sankofa: identidade, memória e educação antirracista. In: ALENCAR, B.;TARGINO, G.; ARAÚJO,M. (Org.). **Antropologia na educação básica**. 1ed.Belém: Editora IFPA, 2023

FERNANDES, Raquel Brum; PEREIRA, Beatriz Mateus; . A Residência Pedagógica em Ciências Sociais no contexto da pandemia do Covid 19 e seu olhar sobre o ensino de sociologia.. In: VARGENS, D.; MIRANDA, J.; RODRIGUES, J; FREITAS, L.; VILELA, M. (Org.). **Formação docente na UFF: experiências e reflexões no diálogo entre universidade e escola..** 1ºed.Rio de Janeiro: , 2022, v. 1, p. 292-309

FERREIRA, Fátima Ivone; LIMA, Rogério. (RE)Descobrimo a alteridade:reflexões sobre o ensino de Antropologia em turmas de Educação Básica. **Revista Café Com Sociologia**, 4(2), 2015.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Por uma antropologia da educação no Brasil. **Pro-Posições**, v. 21, p. 259-265, 2010.

LIMA, Rogerio Mendes de. (Re) descobertas: considerações sobre o trabalho etnográfico com turmas de Sociologia. In: HANDFAS, Anita & OLIVEIRA, Luiz. F. (org). **A Sociologia Vai à Escola**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

MELO JÚNIOR, Elusiano; CONCEIÇÃO, Mateus; SILVA, Eliane ; CUNHA, Lidiane . Considerações sobre métodos antropológicos na prática docente. In: Breno Alencar; Gekbede Targino; Marcelo Araújo. (Org.). **Antropologia na educação básica**. 23ed.Belém: Editora IFPA, 2023, v. 1, p. 177-193.

OLIVEIRA, Amurabi. A Antropologia no Ensino Médio: uma análise a partir dos livros didáticos. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 28, n. 1/2, p. 01-23, 2013.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. ?Ver?, ?ouvir? e ?escrever? sentidos: o programa da Residência Pedagógica no ensino de Sociologia da UFF/Campos. **(SYN)THESIS**, v. 13, p. 76-86, 2020.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva de. Olhares antropológicos da Residência Pedagógica. In: In: ALENCAR, B.;TARGINO, G.; ARAÚJO,M. (Org.). **Antropologia na educação básica**. 1ed.Belém: Editora IFPA, 2023p. 247-266.

RIO DE JANEIRO. Currículo Referencial do Ensino Médio. 2022. Disponível em:[Currículo Referencial do Ensino Médio \(educacao.rj.gov.br\)](http://educacao.rj.gov.br)

ROSISTOLATO, R.; PRADO, A. P. "O lugar da Antropologia na formação de educadores". **Revista Café Com Sociologia**, v. 4, n. 2, mai.- jul., 2015

SOUZA, Ieda de; OLIVEIRA, Luís Cláudio de. LDB x Lei nº 10.639, de 2003: E o racismo com isso?. **Retratos Da Escola**, 10(19), 2017,p. 453-464.